



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE





EDIÇÃO Nº 05 – JANEIRO A JUNHO/2022

A **Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Conselheiro Presidente: Rinaldo Reis Lima

Membro Auxiliar: Tarcila Santos Britto Gomes (Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)

Servidoras: Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti e Letícia Porchera Batista Cassaro

Contato: meioambiente@cnmp.mp.br



Nota Técnica Conjunta nº 01/2022 que estabelece o protocolo de atuação do Ministério Público para viabilizar o acesso a dados e informações ambientais.



A Comissão do Meio Ambiente expediu a **NOTA TÉCNICA CONJUNTA nº 01/2022, CMA(CNMP)/ABRAMPA/CNPG, de 29 de março de 2022**, elaborada em parceria com a Associação Brasileira de Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público

da União e dos Estados (CNPG). A nota técnica foi produzida pela CMA, por meio do Grupo de Estudos sobre o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) e a Transparência Ambiental, com a correalização da Abrampa.

O documento foi assinado durante a 4ª Sessão Plenária do CNMP e externa o posicionamento da CMA, da Abrampa e do CNPG sobre a falta e insuficiência de acesso a informações que, por determinação legal, deveriam estar disponíveis para o público no Sinaflor, bem como sobre os graves efeitos dessa falta e insuficiência na redução da capacidade da sociedade e dos órgãos de controle da Administração Pública e, por consequência, na redução da efetividade da política pública ambiental e climática no país.



Seleção de palestrantes para o projeto Diálogos Ambientais



No dia 08 de fevereiro, foi publicado no portal do CNMP **EDITAL nº 01/2022, de 08 de fevereiro de 2022**, inaugurando o processo para seleção de interessadas e interessados dentre membros e servidores do Ministério Público, integrantes dos Poderes Executivo e Judiciário, da academia e dos segmentos da sociedade civil, para

atuarem como palestrantes no Programa “Diálogos Ambientais” da Comissão do Meio Ambiente do CNMP em seu segundo ciclo.

O Programa “Diálogos Ambientais” foi concebido com o propósito de oferecer aos membros e servidores do Ministério Público e ao público em geral exposições mensais com temas atuais e relevantes na temática ambiental, por meio do compartilhamento de experiências exitosas do Ministério Público, de outros órgãos públicos e dos segmentos da sociedade civil.

No primeiro ciclo do Programa Diálogos Ambientais, em 2021, foram realizados 11 encontros, e os vídeos do projeto no Youtube do CNMP já foram assistidos por milhares de espectadores, o que demonstra a importância dos temas tratados para os operadores do direito e para a sociedade.

Os nomes dos palestrantes selecionados para o Programa Diálogos Ambientais 2022 foram divulgados em 26 de abril, no portal do CNMP. Foram selecionados 12 (doze) profissionais, que atuarão como palestrantes em 06 (seis) edições mensais do Programa, a serem realizadas na última semana de cada mês, em maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2022, transmitidas pelo **canal do CNMP no Youtube** (não é necessário efetuar inscrição para assistir).





Na edição realizada em 26 de maio foi apresentada a palestra **“Ministério Público na defesa do meio ambiente: diretrizes para uma atuação estratégica na atualidade”**, pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo e Secretário Regional do GAEMA do Núcleo Pontal do Paranapanema, Gabriel Lino de Paula Pires,



bem como foi abordado o tema **“Justiça Climática, das mudanças climáticas aos desastres ambientais”**, pelo Procurador Federal da AGU Diego Pereira. Para atuar como mediador, foi convidado o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia, Pedro Colaneri Abi-Eçab. **Disponível para visualização no canal do CNMP no Youtube.**



A edição realizada em 30 de junho, por seu turno, teve como temas os **“Impactos da Lei de Liberdade Econômica (13.874/2019) na legislação ambientalista e o enfoque constitucional da proteção ao meio ambiente equilibrado”**, em palestra da advogada Nathália Amorim Pinheiro, e os **“Aspectos relevantes do uso da água para irrigação na agricultura e a relação com a sustentabilidade”**, ministrado pelo Mestre em Direito e servidor do



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, João Luis Severo da Cunha Lopes. Para atuar como mediadora foi convidada a Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Tânia D’Able Rocha de Torres Bandeira. **Disponível para visualização no canal do CNMP no Youtube.**





PROGRAMAÇÃO

25/08 – 16 horas

1) Marta Moriya Loyola, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, com a palestra: Atuação estrutural no combate à crise hídrica no município de Senador Canedo.

2) Paulo José Leite Farias – Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com a palestra: Inovações tecnológicas e sustentabilidade: o uso do blockchain e dos smartcontracts na gestão hídrica em área de escassez – o caso de Sacramento, Califórnia/EUA.

3) Luis Fernando Rocha, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, com a palestra: Planejamento Estratégico para uma atuação resolutiva do MP na Área Ambiental.

29/09 – 16 horas

1) Philippe Salomão Marinho de Araujo, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná e Rogério Rudikini Neto - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, com a palestra: Acordo de não persecução penal e proteção ambiental (bioma Mata Atlântica).

27/10 – 16 horas

1) Ana Maria Moreira Marchesan, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com a palestra: O fato consumado em matéria ambiental.

2) Ximena Cardozo Ferreira, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com a palestra: Inundações urbanas: a atuação do Ministério Público em defesa do ambiente e da dignidade da pessoa humana.

3) Roberto Carlos Batista, Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com a palestra: Controle da convencionalidade e meio ambiente.

17/11 – 16 horas

1) Christiane Roberta de Farias Santos, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Pernambuco, com a palestra: Encerramento da Era dos Lixões em Pernambuco: Conquistas e Desafios.

2) Jeffer Castelo Branco, Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Socioambiental da Unifesp, com a palestra: Implicações do Combustível Derivado de Resíduos (CDR)





e as Unidades de Recuperação de Energia (UREs) para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

3) Jorlandio Francisco Felix, Professor adjunto do Instituto de Física da UNB, com a palestra: A logística reversa do vidro.

4) Thais Fagury, Presidente da Abeaço e coordenadora do Prolata, com a palestra: A logística reversa do aço.



Parcerias

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA)



No dia 23 de maio foi dado mais um passo rumo à formalização de cooperação mútua entre o CNMP e a ANA. Durante reunião técnica na sede de Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, a convite da Presidência da ANA, foi aprovada a proposta de ampliação do escopo

do Acordo de Cooperação Técnica, relativo aos seguintes pontos: Saneamento Básico; Segurança de Barragens; Regras operativas da Usina de Belo Monte; Programa Produtor de Águas e Inserção da ANA na Aliança Nacional pela Água.

Participaram da reunião o Conselheiro Presidente da CMA, Dr. Rinaldo Reis Lima, a membro auxiliar da CMA, Dra. Tarcila Santos Britto Gomes, a Diretora-Presidente da ANA, Veronica Sánchez da Cruz Rios e demais membros da Diretoria Colegiada, dentre outras autoridades vinculadas àquela Agência Reguladora.

A assinatura do ACT está prevista para o dia 09 de agosto, na abertura da 11ª Sessão Plenária do CNMP.



ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA



No dia 1º de junho, o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Conselheiro Rinaldo Reis Lima, a membro auxiliar da CMA, Tarcila Santos Britto Gomes e representantes da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas –

DBFLO do IBAMA dialogaram, durante reunião técnica virtual, sobre o Acordo de Cooperação Técnica para integração de bases de dados em busca de maior eficiência e celeridade na proteção do meio ambiente.

O acordo pretende promover o intercâmbio de conhecimento e experiências entre os participantes, bem como a capacitação de membros e servidores em relação aos sistemas compartilhados, visando maior eficiência e celeridade no desenvolvimento de ações integradas na proteção, conservação e recuperação dos biomas brasileiros e na promoção da responsabilização civil e criminal por atos lesivos ao meio ambiente.

A assinatura da Cooperação está prevista para o dia 23 de agosto, na abertura da 12ª Sessão Plenária do CNMP.



Participação em eventos com a temática do meio ambiente e visitas técnicas às unidades ministeriais



No dia 17 de março, a convite da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente, Dra. Tarcila Santos Britto Gomes, ministrou aula inaugural do curso de pós-graduação em Direito Ambiental e Urbanístico promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, na sede da Fundação, em Porto Alegre, ocasião em que falou sobre o Plano Nacional de Atuação do Ministério Público para o combate à situação de escassez hídrica.

Antes, participou de visita técnica ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente do MPRS. Na oportunidade, a convite do CeafCast gravou o **podcast com o tema “Instrumentos jurídicos de combate à escassez hídrica”**, que serviu, também, para comemorar o Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março.



Foi realizada nos dias 23 a 26 de março, em Fortaleza/CE, o XXIV Congresso Nacional do Ministério Público, promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), ocasião em que foram debatidos temas na área ambiental. A convite da Organização do evento, a membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente, Dra. Tarcila Santos Britto Gomes ministrou palestra sobre a questão da escassez hídrica.





A convite da Organização do evento, a membro auxiliar da Comissão do Meio Ambiente, Dra. Tarcila Santos Britto Gomes participou, como palestrante, no XX Congresso da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), realizado nos dias 26 a 29 de abril, na cidade de Vitória/ES.

No dia 29 de abril coordenou reunião paralela, com membros dos MPs indicados pelos dirigentes das unidades ministeriais, ocasião em que foi desenvolvido coletivamente o



projeto Aliança Nacional do Ministério Público pela Água, que tem o objetivo de promover a integração da atuação na área do meio ambiente para defesa dos recursos hídricos.



No dia 08 de junho, a convite do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a Comissão do Meio Ambiente participou do Seminário Franco-Brasileiro Direito Ambiental e Saúde Pública, uma correalização do MPDFT com a Associação dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) e a Embaixada da França. O Presidente da CMA, Conselheiro Rinaldo Reis Lima, esteve presente na cerimônia de abertura do evento.

A membro auxiliar da CMA, Dra. Tarcila Santos Britto Gomes, participou como coordenadora de Mesa no painel “Instituições e Organismos Públicos em Matéria de Impactos ao meio Ambiente e



à Saúde”. O evento contou com a participação de autoridades do judiciário brasileiro e estrangeiro, membros do Ministério Público nacional e internacional, agentes diplomáticos, além de representantes de diversas instituições públicas da sociedade civil. Durante o encontro, foram debatidos de forma democrática, e de modo interdisciplinar, temas do Direito Ambiental e do Direito à Saúde.



Em 09 de junho, a convite da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, a membro auxiliar da CMA, Dra. Tarcila Santos Britto Gomes, participou como debatedora da Webinar “Ministério Público na defesa do meio ambiente – diretrizes para uma atuação estratégica na atualidade”, que contou com transmissão ao vivo pela plataforma Microsoft

TEAMS. O evento abordou as diretrizes que guiam o enfrentamento dos desafios institucionais nas áreas ambientais, em um momento de enfraquecimento das estruturas de preservação do meio ambiente. As exposições foram feitas pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Gabriel Lino de Paula Pires e pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Daniel Martini.



Grupos de Estudos

Criado Grupo de Estudos com o objetivo apresentar sugestões de aprimoramento para a Portaria Conjunta CNJ/CNMP Nº 5 de 03 de setembro de 2021, bem como, desenvolver orientações para os Ministérios Públicos se adequarem de forma mais eficiente às determinações consignadas no normativo. O GE é formado por membros e servidores dos Ministérios Públicos Estaduais e de especialista em geoprocessamento indicada pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa).

A Portaria Conjunta CNJ/CNMP nº 5, de 3 de setembro regulamenta a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 8/2021, que institui o painel interativo nacional de dados ambiental e interinstitucional (SireneJud), plataforma que reunirá informações administradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Advocacia-Geral da União (AGU) sobre ações judiciais, cíveis, criminais e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) que versem sobre a temática ambiental, congregando e consolidando registros das três instituições envolvidas, de modo a se consolidar uma base de dados estruturada de forma apta a oferecer subsídios para atuação na tutela do meio ambiente.

Criado o Grupo de Estudos “Aliança Nacional pela Água”, formado pelos membros colaboradores da Comissão do Meio Ambiente, com o objetivo apresentar propostas voltadas à atuação conjunta e coordenada das unidades do Ministério Público brasileiro para o combate à situação de escassez hídrica.





Criado o Grupo de Trabalho Gestão de Resíduos: Estratégias de Atuação Interinstitucional, presidido pelo Conselheiro Rinaldo Reis Lima, com a assessoria da membro Auxiliar, Tarcila Santos Britto Gomes, e formado por membros colaboradores da Comissão do Meio Ambiente, com o objetivo de debater um projeto nacional de atuação do Ministério Público na temática de manejo de resíduos sólidos.





Capacitações, oficinas e cursos

CURSO SOBRE VALORAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS



Nos dias 31 de março e 1º de abril foi realizado o “Curso sobre Valoração de Danos Ambientais”: promovido pela Comissão do Meio Ambiente com o apoio dos Ministérios Públicos Estaduais do Amazonas, do Ceará, de Goiás, do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. A iniciativa proporcionou o aprofundamento do conteúdo da obra “Diretrizes para valoração de danos ambientais”, com exposições técnicas das metodologias de valoração, associadas a situações concretas.



Entre os quase 400 inscritos no sistema de eventos do CNMP que prestigiaram a capacitação estão membros e servidores do MP, do Poder Judiciário, do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, advogados privados, consultores na área ambiental, integrantes de unidades de

polícia estadual e municipal, membros da academia, estudantes, e demais interessados e estudiosos do tema. Os vídeos no canal do CNMP no YouTube já foram assistidos por milhares de usuários. Disponível para visualização no canal do CNMP no Youtube:

Assista [aqui](#) ao dia 1

Assista [aqui](#) ao dia 2

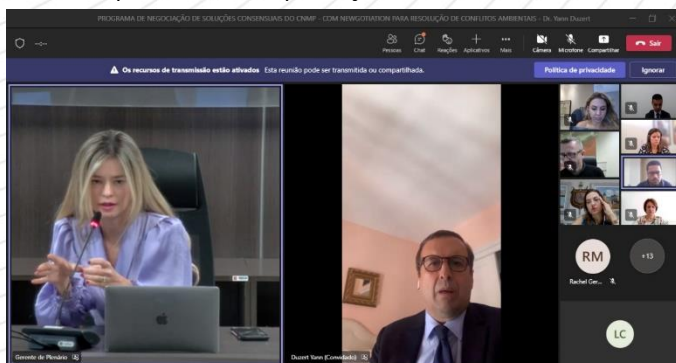


CURSO SOBRE NEGOCIAÇÕES COMPLEXAS



Realizado nos dias 30 e 31 de maio e 7 de junho, em parceria com a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, o “Programa de Negociação de soluções consensuais do CNMP - com Newgotiation para resolução de conflitos ambientais” foi ministrado pelo Professor-Doutor Yann Igor Pierre Georges Duzert, profissional detentor de

notória expertise e vasta produção literária sobre o tema da negociação. O curso é baseado em



instrumentos teóricos e técnicas modernas aplicadas à construção de consenso, sendo caracterizado como atualização profissional em gestão de conflitos ambientais. Como inovação, houve um Laboratório de casos reais (Clínica), que a

partir de situações reais vivenciadas em suas rotinas pelos membros, permitiu criar um aprendizado coletivo, e a geração de conhecimento organizacional, destinado a aumentar a eficiência e a produtividade das unidades nas negociações. Foram capacitados membros e servidores indicados pelos Ministérios Públicos Estaduais e pelos demais ramos do MP que atuam na seara ambiental.



Publicações

LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO DEFESA DA AMAZÔNIA: AÇÕES E DESAFIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Foi lançada pelo Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Conselheiro Rinaldo Reis Lima, durante 10ª Sessão Plenária do CNMP, a publicação "**Defesa da Amazônia: ações e desafios do Ministério Público**". A obra é fruto do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Estudos sobre a Amazônia, formado pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelas forças-tarefas criadas pelos Ministérios Públicos da Amazônia Legal e apresenta as ações das Forças-tarefas dos Ministério Público da Amazônia Legal separadamente, com informações inéditas sobre a defesa jurídica da Amazônia.



Ao dar visibilidade à atuação do Ministério Público e aos desafios encontrados no exercício do direito ambiental na defesa da Amazônia, o livro presta um importante papel de difusão de práticas jurídicas que devem ser fomentadas e de desafios que precisam ser superados pelo Ministério Público e por toda a sociedade.



Atividades Permanentes da CMA

Mantido o controle de adesões e cadastramento dos servidores e membros indicados pelas unidades do Ministério Público aderentes ao Acordo de Cooperação Técnica entre o CNMP e o Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de disponibilizar acesso aos dados do CAR Cadastro Ambiental Rural, como plataforma de investigação ambiental, criado pela Lei 12.651/12.

(Texto e edição: Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti Arte e diagramação: Secretaria de Comunicação SECOM-CNMP)

